

NOVO ANO, NOVA DIAGRAMAÇÃO, NOVOS EDITORES E MAIS UM NOVO VOLUME

MOITA, Edvaldo

Mais um ano para a Revista Brasileira de Sociologia do Direito (RBSD), que agora emplaca seu décimo segundo volume. Essa longevidade só foi possível pelo trabalho conjunto daqueles que constituem a comunidade de pesquisadores em sociologia do direito. Aos autores que confiaram à revista seus trabalhos e aos avaliadores que dedicaram seu tempo para comentá-los, deixamos registrado nosso agradecimento. De nossa parte, caminhamos na tentativa de tornar o sistema mais fluído e intuitivo, além de cumprir as metas de três números anuais.

Nos últimos anos, surgiram novas tendências de padronização no mundo científico. Uma delas que vem ganhando destaque é o *Open Researcher and Contributor ID* (ORCID). Parecido com o nosso currículo Lattes, a plataforma oferece um registro das atividades e das publicações que pode ser acessado por meio de um número único de identificação do respectivo pesquisador. Como o ORCID ID tem se tornado uma exigência formal para diversos tipos de candidaturas (de pós-doutorado a financiamentos de pesquisa), a RBSD já havia implementado uma integração com a plataforma no próprio sistema de processamento das submissões da revista. Agora, a revista apresenta essa implementação nas publicações, com uma nova diagramação, menos colorida e mais moderna. Agradecemos à Carolina Leal Pires por esse trabalho de reformulação.

Encerrando um ciclo de esforço e dedicação emprestados à revista, despedem-se dela os editores adjuntos Carina Calabria e Felipe Castro. Cabe aqui um agradecimento pelo tempo que passaram conosco. No lugar, somam-se à equipe editorial Cassiano Ribas (Universidade de São Paulo), Juliane Sant’Ana Bento (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e Márcio Camargo Cunha Filho (Instituto Brasileiro de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento), todos membros da atual gestão da ABraSD. Sejam bem-vindos!

O volume 12, agora em seu primeiro número, vem com uma nota biográfica e seis artigos. Colocamos a nota biográfica na seção de apresentação por um motivo especial: trata-se de uma homenagem feita por Aknaton Souza e Marcelo Bordin a Bruno Zavataro, um dos autores cuja pesquisa sai neste volume. Bruno havia submetido o artigo em coautoria com Aknaton no final de 2023, mas veio a falecer durante o processo de avaliação. Com a aprovação do artigo, sua publicação também é uma forma de homenagem ao seu trabalho feito em vida, que agora fica registrado para a história, lugar reservado para aqueles que se dedicam à ciência.

O primeiro artigo, intitulado “Quando a parte não representa o todo: mecanismos oficiais de consulta (‘Pesquisa’) jurisprudencial e os riscos de seu uso na pesquisa empírica quantitativa”, enfrenta um problema central para pesquisas quantitativas que fazem coletas de dados nos repositórios de jurisprudência dos tribunais brasileiros: esses repositórios contêm todas as decisões? Ulisses Reis e José M. W. Gomes Neto revisam a literatura que indica a incompletude dessas bases de dados e, a partir desse diagnóstico, oferecem algumas sugestões para superar as limitações daí derivadas.

Em “Comunitário e autoritário: a construção discursiva do *ethos* de facções na regulação do espaço de favelas brasileiras”, Mateus França analisa um conjunto de imagens com faixas ou pichações produzidas por facções que indicam normas de comportamento em favelas brasileiras. Com suporte na literatura sobre o conceito de *ethos* discursivo e na agenda em torno do direito das favelas, o autor identifica, por meio de uma análise

qualitativa das imagens, um *ethos* discursivo comunitário e um autoritário e, por meio de uma análise quantitativa, a intenção das facções em se apresentarem como instituições que se preocupam com o bem comum.

Vivian Paludo e Janriê Rodrigues Reck, no artigo “Políticas industriais brasileiras e a Administração Pública: a relação entre as administrações patrimonialista, burocrática e gerencial com as políticas de industrialização”, percorrem a história brasileira com vistas à evolução da Administração Pública e das políticas de industrialização. Enquadrando a organização da Administração Pública em patrimonialista, burocrática e gerencial, os autores mapeiam o panorama da política industrial conforme cada período. Entre as conclusões, uma se destaca: não há uma relação direta entre a forma da Administração Pública e as políticas de industrialização nacionais.

Somando-se à literatura dedicada à Escola do Recife, Bruno Zavatarro e Aknaton Toczec Souza visitam a história da formação dos cursos de ciências jurídicas e sociais no Brasil com foco na Faculdade do Recife (originalmente sediada em Olinda). Fazendo uso da sociologia do conhecimento reflexiva, analisam a contribuição da referida escola para uma renovação do pensamento social brasileiro. O artigo “Entre renovação das ideias e conservadorismo no pensamento social dos juristas da ‘Escola do Recife’ no final do século XIX” oferece alguns contornos das influências geradas por aqueles que integraram o referido grupo, enquadrando-o em um tipo de conservadorismo dinâmico e reflexivo, que não rejeita mudanças, mas preocupa-se com a manutenção da ordem vigente. Em outras palavras, na conclusão dos autores, trata-se de uma renovação conservadora das ideias vigentes à época no Brasil.

Em “A pandemia da Covid-19 como elemento de agravamento da crise de legitimidade do Estado”, Tarsila Crusius e Mártin Haeblerlin fazem um incursão na teoria da estruturação de Anthony Giddens e no histórico das regulações internacionais sobre saúde e prevenção de doenças. Com foco nas ações estatais durante a emergência e disseminação

da recente pandemia, os autores apontam inconsistências que fortificaram a crise de legitimidade do Estado democrático.

Encerrando o número, o artigo “E o vencedor do grande prêmio da pesquisa sociojurídica é (...): cumprimentos ao professor Edvaldo Moita”, de Pedro Fortes, resgata a trajetória de San Tiago Dantas e sua crítica à educação jurídica brasileira, em grande parte por culpa da universidade, e desenvolve um aspecto que aparece apenas de passagem: a crise da pesquisa jurídica brasileira. Esse aspecto é desenvolvido com apoio nas críticas já apontadas por Joaquim Falcão na década de 1980 e serve de mote para laurear Edvaldo Moita, o primeiro brasileiro e latino-americano a receber o prêmio Adam Podgórecki, concedido em 2024 pelo tradicional Comitê de Pesquisa em Sociologia do Direito (*Research Committee on Sociology of Law; RCSL*).

Boa leitura a todos!

Brasília, 10 de janeiro de 2025.